



A crise do amor na democracia burguesa: Pensando com bell hooks numa perspectiva feminista

*The crisis of love in bourgeois democracy:
Thinking with bell hooks from a feminist perspective*

*La crisis del amor en la democracia burguesa:
Pensando con bell hooks desde una perspectiva feminista*

Mayara Moratori Peixoto¹

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Ingra Moratori Sobreira²

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Raquel Barbosa Moratori³

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio)

RESUMO

Este estudo parte de uma perspectiva crítica sobre a democracia burguesa quando entende a impossibilidade da resolução da crise do amor, que assola as relações sociais entre sujeitos e entre sociedade e Estado, no modo de produção capitalista. A estratégia metodológica se deu a partir da revisão de literatura sobre os temas aqui entrecruzados: a democracia burguesa, o amor, e as contribuições de bell hooks (1984, 2020, 2021) para pensar formas de enfrentamento a esse sistema que atenta contra a dignidade humana.

Palavras-chave: bell hooks; Contação de Histórias; Ética Amorosa; Democracia Burguesa.

ABSTRACT

This study starts from a critical perspective on bourgeois democracy when it understands the impossibility of resolving the crisis of love, which devastates social relations between subjects and between society and the State, in the capitalist mode of production. The methodological strategy was based on a literature review on the themes intertwined here: bourgeois democracy, love, and the contributions of bell hooks (1984, 2020, 2021) to think of ways to face this system that attacks human dignity.

Keywords: bell hooks; Bourgeois Democracy; Love Ethics; Storytelling.

¹ Doutoranda em Estudos Literários (Programa de Pós-graduação em Letras - Estudos Literários) pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Mestre em Estudos Literários pela mesma instituição. Graduada em Letras - Português, com ênfase em Literatura, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). <https://orcid.org/0000-0002-3451-0100>. peixoto.mayara@letras.ufjf.br.

² Mestranda em Teoria Social, Formação Social e Serviço Social (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduada em Serviço Social, com ênfase em Saúde Mental, pela mesma universidade. <https://orcid.org/0000-0001-9214-5167>. ingramsobreira@gmail.com.

³ Doutora em Políticas Públicas e Formação Humana, com ênfase em Estado e Política Pública, pela UERJ. Graduação em Psicologia e Mestrado em Ciência, Tecnologia e Educação pelo CEFET/RJ. Atualmente é Professora da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, no Departamento de Serviço Social (UNIRIO) e Professora-Pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). <https://orcid.org/0000-0002-7541-6794>. raquel.moratori@unirio.br.



RESUMEN

Este estudio parte de una perspectiva crítica sobre la democracia burguesa cuando comprende la imposibilidad de resolver la crisis del amor, que devasta las relaciones sociales entre sujetos y entre sociedad y Estado, en el modo de producción capitalista. La estrategia metodológica se basó en una revisión bibliográfica sobre los temas aquí entrelazados: la democracia burguesa, el amor y los aportes de bell hooks (1984, 2020, 2021) para pensar formas de enfrentar este sistema que atenta contra la dignidad humana.

Palabras clave: bell hooks; Ética del Amor; Democracia Burguesa; Narración.

Introdução

Mobilizamos uma parte da produção intelectual da professora, pensadora, ativista e escritora estadunidense bell hooks (1952-2021) a fim de responder a uma inquietação cujas causas não poderiam ser mais patentes. Viver no Brasil no ano de 2022 é conviver com incertezas dilacerantes para aqueles que ainda trazem em seu íntimo não apenas um senso de justiça, mas o desejo de uma isonomia que preserve a existência de todos os seres, garantindo-lhes um mínimo de dignidade na dinâmica das relações. O cenário é desolador – mas convoca-nos à ação, os que se propõem à participação ativa no jogo de forças que compõem a sociedade.

Na tarde do dia 18 de maio, em que a concepção deste ensaio estava em seus primeiros planejamentos, interrompe-nos a notícia de que duas crianças e um delegado haviam sido alvejados na comunidade de Manguinhos, no Rio de Janeiro, alvo de constantes invasões feitas pela Polícia Militar – agentes do Estado cujo objetivo é a “preservação da ordem pública”. Que “ordem pública” é essa que atenta deliberadamente contra a vida dos cidadãos?

O caso das crianças de Manguinhos perde-se na enxurrada de ocorrências semelhantes que vemos noticiadas dia-a-dia, de forma cada vez mais frequente, através das tecnologias de informação e comunicação, as quais vêm se desdobrando em um ritmo alucinante. Parece-nos quase um movimento proposital de dessensibilização essa banalização da violência. Nós a testemunhamos como cidadãs brasileiras que se propõem estar a par dos acontecimentos e também investigá-los: pensar sobre eles para tentar interromper a perpetuação de um estado de coisas que fere nossos princípios e anseios quanto à existência e à vida em sociedade.



Como investigadoras mulheres, identificamos também em nossas vidas pessoais essa violência sintomática do atual estado das coisas. Percebemos sua distribuição em círculos concêntricos que se expandem a partir dos menores núcleos sociais – as famílias – até as instituições de arranjo mais complexo. No esforço de compreendermos o papel que desempenhamos socialmente, reconhecemos nossas posições mais ou menos privilegiadas quando comparadas a outros sujeitos. Em todas essas relações que se constituem sob o sistema capitalista, uma constante: aquilo que bell hooks (1984) intitula “autoridade coercitiva”⁴.

Encontramos em suas elaborações sobre o amor (HOOKS, 2021) uma centelha que, se nutrida, pode incitar a construção de novos paradigmas para essa nossa existência tão essencialmente relacional. Em nossa hipótese, um quê de radicalidade revolucionária: a crise do amor na democracia burguesa não poderá ser resolvida dentro desse mesmo sistema de organização político-social-econômica, uma vez que, segundo o professor Alysson Mascaro (REVOLUSHOW, 2021), “o Estado capitalista é a crise”.

Dividimos o ensaio em três partes: na primeira, caracterizamos o Estado capitalista enquanto projeto democrático falido, organizado sob esquemas violentos, pauperizantes, racistas e misóginos. Na segunda parte, debruçamo-nos sobre o amor tal como bell hooks (2021) o apresenta, circunscrevendo suas potencialidades a questões que se nos apresentam tanto a partir do campo do real quanto em representações ficcionais. Na terceira, pensamos na contação de histórias como uma forma de compreendermos uns aos outros e imaginar, de forma partilhada, novas possibilidades de organização social (HOOKS, 2020).

1. “O Estado capitalista É a crise”

A fala de Mascaro (REVOLUSHOW, 2021) foi extraída de uma aula, transmitida via *podcast*, em que o professor faz uma crítica do Estado e do direito, apontando sua historicidade. Ele faz essa afirmação, que selecionamos como título para esta seção, enquanto esmiuça a teoria da derivação de Joachim Hirsch, cientista político alemão pertencente à escola marxista da década de 1970, que compreendia o Estado como uma forma derivada da

⁴ Em inglês, “coercive authority”, traduzida livremente a partir da edição consultada. Doravante, todas as citações de hooks (1984) seguirão o mesmo procedimento. Os trechos originais serão apresentados nas notas.

mercadoria, categoria básica para a compreensão do funcionamento do capitalismo. Os sujeitos que compõem esse Estado não seriam sujeitos de direito; seriam, antes, sujeitos pelo direito: o direito à propriedade privada.

A democracia não é uma entidade neutra descolada das determinações sócio-históricas; pelo contrário, em uma sociedade dividida em classes, como é o capitalismo, a democracia não é universal e o próprio Estado é capitalista. Essa aparente universalidade se dá somente em sua forma, pois em seu conteúdo concreto, em sua efetividade, a democracia é circunscrita à classe dominante. Sendo assim, a democracia à qual nos referimos aqui é a democracia burguesa, datada historicamente no modo de produção capitalista (LENIN, 1979).

O Estado capitalista⁵, ao assegurar a reprodução das relações sociais de produção, o faz de forma enviesada, pois apresenta o interesse dominante como bem comum, sendo assim destituído da posição de neutralidade e justiça diante dos conflitos entre as classes. Ao contrário disso, o Estado atua como um “comitê executivo da burguesia” (MARX; ENGELS, 1998). Mais ainda, para garantir essa reprodução, o Estado utiliza a violência e a coerção institucionalizadas na composição de sua própria estrutura (COUTINHO, 2008).

Esse modo de produção e reprodução da vida consome da classe trabalhadora suas energias físicas, psíquicas e espirituais; o desgaste humano é de classe, mas a forma de opressão e de dominação se difere quando se intersecciona com o gênero, com a raça e com o contexto sócio-histórico. O capitalismo estabelece hierarquias para aprofundar a exploração, usando os condutos da diferença para legitimar graus diferentes de exploração dentro da classe.

A sociedade brasileira contemporânea expressa em sua cultura e em suas formas de produção e reprodução da vida a dominação patriarcal própria da sociedade capitalista mundial. Entretanto, essa expressão possui contornos particulares quando observada sob a singularidade da formação social brasileira, que se constitui e se fortalece como um capitalismo de modo dependente, hipertardio, fincado em raízes escravocratas, conservadoras e extremamente misóginas (FEDERICI, 2017; LUCE, 2018).

⁵ O Estado capitalista pode ser entendido como um elemento histórico, constitutivo da divisão de classes sociais, são elas: a burguesia e os trabalhadores. Como destacado por Marx (1998) e Engels (2002), somente na aparência o Estado é universal, pois ele circunscreve seu caráter parcial de classe ao atender sobretudo os interesses da classe dominante.



Portanto, falar da crise do amor na organização da sociabilidade capitalista no Brasil a partir dos estudos de bell hooks nos impulsiona a localizar que as manifestações da crise do amor são diferentes entre os sujeitos na sociedade: no conflito capital e trabalho, as mulheres (com diferentes atravessamentos pelas disparidades de raça e classe) vivenciam uma forma de exploração do capital com contornos e expressões singulares. Desde a acumulação primitiva do capital (MARX, 2013), que caracteriza o complexo processo social e político a partir do qual se desenvolvem as relações capitalistas e que representa um fio condutor que estrutura as bases da organização social, a dominação masculina foi necessária em todos os estágios do desenvolvimento do capitalismo (FEDERICI, 2017). Dentro do modelo de sociabilidade burguesa, a garantia de uma ética amorosa (HOOKS, 2021) para todos os sujeitos é inexecutável, pois os traços de dominação são estruturais e, portanto, impossíveis “sem a supressão da ordem do capital” (NETTO, 2001, p. 48).

Esse conflito capital e trabalho foi acirrado com a passagem do capital para a fase monopolista⁶, mediante a radicalização da questão social, que recoloca em um novo patamar as expressões da questão social. Nas palavras de José Paulo Netto (1992), “o capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica” (NETTO, 1992, p. 15). Ou seja, os traços basilares da ordem burguesa se agudizam em prol do grande capital mediante a degradação das condições de produção e reprodução da vida da classe trabalhadora.

A questão social é uma categoria que surge na terceira década do século XIX para dar conta do fenômeno do pauperismo que assolou a Europa Ocidental na fase concorrencial do capitalismo. A pobreza não é exclusividade desse modo de produção: em outras sociedades a desigualdade entre ricos e pobres existia, mas a ascensão do capital inaugurou uma dinâmica de escassez socialmente produzida, em que a “pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42). Neste contexto, o pauperismo se constitui enquanto questão social a partir de seus desdobramentos políticos e sociais.

⁶ Conforme Netto (1992).

Esse trabalho incorpora um posicionamento categoricamente anticapitalista, quando entende a impossibilidade da resolução da crise do amor dentro desse modelo societário. O momento atual nos lembra a toda sociedade a nossa condição comum de reciprocidade, de fragilidade humana e que, portanto, nossas vidas se sustentam enquanto humanidade a partir de um novo modelo de vida guiado por uma política robusta de solidariedade social.

Propomos um diálogo com Silva e Nascimento (2019) nesse sentido; em seu artigo “Políticas do amor e sociedades do amanhã”, os autores discutem a negação da política como fator para a constituição das sociedades de inimizade, as quais se pautam nas dinâmicas de poder colonial, nos termos do filósofo camaronês Achille Mbembe. Pensando através de uma perspectiva de raça, os autores evocam a ética amorosa de bell hooks uma vez que têm interesse “em explicitar o caráter político do amor enquanto uma saída para a crise que, segundo nossa autora, faz com que nós, como povo, percamos o nosso coração” (SILVA; NASCIMENTO, 2019, p. 173). Unimo-nos aos autores neste empreendimento. Nosso ensaio, contudo, busca cobrir a questão atravessando-a pela perspectiva de gênero. Para tanto, junto às questões da ética amorosa, levantaremos as formulações de hooks a respeito da contação de histórias como campo criativo para a fundação das sociedades do amanhã⁷.

A adesão à luta anticapitalista se faz necessária para o enfrentamento e a resistência à degradação da vida (humana / animal e biológica / da natureza como um todo). É importante ressaltar que períodos de crises agudas do capital podem ser brechas de potencialidade para a

⁷ Utilizamos o conceito de “sociedades do amanhã” tal como proposto por Vinícius da Silva e Wanderson Flor do Nascimento no artigo citado; aprofundamos, aqui, o conceito a partir do livro de Silva (2022, no prelo), *Fragments do porvir*. Nele, o autor as caracteriza como futuros ainda não nomeados pois estes ainda não existem, mas devem ser intrínseca e necessariamente fundamentados no amor. É um enfrentamento às sociedades da inimizade para disputar projetos de mundo na construção de outros futuros: em que o amor seja político e que se garanta o bem comum a todos, inclusive à natureza. A partir da inserção das políticas do amor em todos os âmbitos das relações sociais é possível instituir contínuos rompimentos com o projeto colonial em vigor, operado através de uma política de morte, que extermina o Outro, aquele que não é igual ao “eu” do poder colonial e é, portanto, menos humano. Por meio da construção de uma comunidade, em que a vida daquele Outro e desse “eu” importam mutuamente, será possível construir sociedades do amanhã em consonância com a ética amorosa referida por bell hooks, e também a política dela derivada, proposta por Silva. A vivência em comunidade seria aquilo que hooks compreenderia como espírito: somente a partir do cuidado com nosso espírito, nossa capacidade de viver em uma lógica comunitária, as relações podem ser efetivamente mútuas entre todos – seres e Terra. Onde há dominação não há possibilidade de uma política amorosa, e onde há capitalismo há dominação; portanto, para se pensar em sociedades do amanhã, orientadas em políticas feministas, *queers*, antirracistas, deve-se pensar de forma incontornável em sociedades anticapitalistas. “Nesse sentido, para a construção de sociedades do amanhã, precisamos, necessariamente, deslocar nossas compreensões ontológicas existenciais rumo à proposta de uma nova gramática ontológica e operadora” (SILVA, 2022 no prelo, p. 39).



luta anticapitalista, pois possibilitam concretamente que a classe trabalhadora, uma vez que as contradições exacerbadas escancaram a sua exploração, se politize enquanto classe para si⁸.

Por enquanto, esse enfrentamento pode parecer intransponível; no entanto, as mudanças e transformações se constroem no interior do próprio sistema. Se faz necessário ocupar espaços, fomentar discussões, articular diferentes atores sociais. No momento de maior expressão do capital é que se criam as bases de seu próprio esgotamento. As transformações societárias são paralela e consecutivamente objetivas e subjetivas, concretas e abstratas. Ao passo que a realidade material se transforma, as elaborações subjetivas se transformam e acabam por transformar a realidade material, num ciclo que se retroalimenta.

Assim, trazemos, aqui, em consonância com o que Silva e Nascimento (2019) apontam em seu artigo, uma análise sobre a crise do amor nessa democracia burguesa, que se mostra falida em seu cerne porque desrespeita o ser humano em suas necessidades existenciais mais básicas. Sem a preservação da dignidade humana, o estabelecimento de uma ética e uma política amorosas fica impossibilitado.

2. A crise do amor na democracia burguesa

O amor costuma ser um objeto frequentemente tematizado no campo das artes, nas suas mais variadas manifestações; porém, no campo da produção de saberes, ele ainda encontra alguma resistência enquanto objeto de estudo. Talvez pela enxurrada de misticismos e sentimentalismos individualistas e desonestos⁹ que lhe são imputados por uma estética que Terry Eagleton (2006) diria pós-romântica, “no sentido de sermos antes produtos daquela época do que fielmente posteriores a ela” (EAGLETON, 2006, p. 27); ou até antes, por um discurso amoroso que atende a um poder religioso, também partícipe da violência colonial, que se pretende detentor de uma verdade monogâmica/monoteísta¹⁰.

⁸ Essa categoria analítica dialoga diretamente com a consciência de classe, em que a classe para si se dá na identificação de aspirações e oposições em comum entre a classe trabalhadora contra a burguesia.

⁹ Sobre certa “sentimentalidade espúria como marca da desonestidade e da impossibilidade de sentir” (mas referindo-se a narrativas que se propõem como “romances de protesto” sobre a condição do negro na sociedade), vale assistir à entrevista de bell hooks comentando a importância do escritor James Baldwin em suas formulações sobre o amor: <https://www.youtube.com/watch?v=RoWea7y918E> (Acesso em 01 jun. 2022).

¹⁰ Para uma discussão mais aprofundada sobre os entrelaçamentos entre a monogamia e a cristianização, indicamos o trabalho de Núñez, Oliveira e Lago (2021).

Fato é que o amor pode ser uma categoria de análise da realidade fundamental para as ciências humanas, no intuito de entender as relações sociais estabelecidas no modo de produção capitalista e de repensar novos arranjos possíveis. A já referida “ética amorosa” (HOOKS, 2021) apresenta-se como potencial paradigma para a construção de um modo de produção e reprodução da vida que respeite todos os seres humanos:

Os valores que sustentam uma cultura e sua ética moldam e influenciam a forma como falamos e agimos. Uma ética amorosa pressupõe que todos têm o direito de ser livres, de viver bem e plenamente. Para trazer a ética amorosa para todas as dimensões de nossa vida, nossa sociedade precisaria abraçar a mudança. (HOOKS, 2021, p. 123)

É exatamente nesta direção de trazer novas perspectivas sobre o amor enquanto ação revolucionária que bell hooks constrói seu conhecimento quanto à temática e a reatualiza em um legado que vem sendo progressivamente abraçado pela comunidade científica, para reverberar pela sociedade. Afinal, segundo György Lukács (2021), “onde quer que a ética tome o seu ponto de partida metodológico e naquilo que se refere à sua concepção de mundo, as suas sínteses devem culminar no desenvolvimento sócio-histórico da humanidade” (LUKÁCS, 2021, p. 232). Mas o que é esse amor que caracterizaria a ética amorosa proposta por hooks, afinal?

A autora percebeu que há uma enorme dificuldade em conceituar o amor: ele está envolto em uma atmosfera misteriosa que nos afasta de sua dimensão concreta, que é o amor como ação cotidiana entre os sujeitos na sociedade. Para hooks (2021):

Definições são pontos de partida fundamentais para a imaginação. O que não podemos imaginar não pode vir a ser. Uma boa definição marca nosso ponto de partida e nos permite saber aonde queremos chegar. Conforme nos movemos em direção ao destino desejado, exploramos o caminho, criando um mapa. Precisamos de um mapa para nos guiar em nossa jornada até o amor – partindo de um lugar em que sabemos a que nos referimos quando falamos de amor (HOOKS, 2021, p. 55-56)

A partir disso, a autora buscou mapear o que seria o amor: em primeira instância, ele é mais sobre ação do que sentimento. Alterar esse lugar de compreendê-lo na sua fundamentação “é uma forma de fazer com que qualquer um que use a palavra dessa maneira automaticamente assumam a responsabilidade e comprometimento” (HOOKS, 2021, p. 55). O



amor não é algo que simplesmente chega e se auto reproduz: são necessárias práticas amorosas para uma ética amorosa.

Quando hooks (2021) diz sobre essas práticas, ela parte de uma definição que muito a aliviou quando a encontrou em uma obra do psiquiatra M. Scott Peck: o amor seria “a vontade de se empenhar ao máximo para promover o próprio crescimento espiritual ou o de outra pessoa” (HOOKS, 2021, p. 47). Mais do que isso, essas práticas amorosas são uma combinação de várias manifestações de afeto: carinho, afeição, reconhecimento, respeito, compromisso, confiança, honestidade e comunicação aberta (HOOKS, 2021, p. 47).

O amor como ação responsabiliza os sujeitos pelo que eles fazem na sua prática cotidiana e “fica claro que não podemos dizer que amamos se somos nocivos ou abusivos. Amor e abuso não podem coexistir. Abuso e negligência são, por definição, opostos a cuidado” (HOOKS, 2021, p. 48).

Quando se fala sobre amor, nós o associamos automaticamente às relações interpessoais, como se ele se manifestasse somente em âmbito privado. A realidade social acontece simultaneamente em várias dimensões de relações: entre sujeitos, entre grupos, entre sociedades, entre sociedade e Estado. O que bell hooks (2021) propõe sobre a ética amorosa atravessa todas essas dimensões das relações sociais.

Entretanto, ao compreender a impossibilidade de dignidade para todas as vidas no modo de produção capitalista devido a sua natureza, constata-se a impossibilidade de uma ética amorosa de fato nessa organização social, uma vez que ela se pauta na acumulação e concentração da riqueza socialmente produzida a partir da exploração e pauperização da maior parte da população. Essas são operações nas quais identificamos abuso e negligência por parte do Estado.

A crise do amor na democracia burguesa não é uma adversidade desse modo de produção; pelo contrário, este é um traço estruturante do capitalismo, que se manifesta em diversas dimensões da vida social. Na aparência do fenômeno “crise do amor”, este pode induzir-nos a pensar que ele é uma consequência ou um sintoma de um capitalismo que deu errado, mas não é somente isso. Em essência, a crise do amor é o que sustenta os fundamentos do capital; somente com a deturpação do amor entre as relações sociais é que seria possível a reprodução do capital como modelo hegemônico.

Kosik (1976) foi muito acurado ao formular a categoria da pseudoconcreticidade, pois, ao se debruçar sobre o fenômeno social, é preciso compreender que a aparência do fenômeno não é o fenômeno, mas também o é em parte, ao passo que a aparência compõe a essência. A aparência é uma parte do fenômeno que carrega a dicotomia do claro e escuro, ou seja, a aparência mostra uma parte do fenômeno e simultaneamente mascara sua totalidade.

A crise do amor é também um sintoma: tem manifestações concretas, como o assassinato, como a solidão, como a violência quando olhamos a realidade social. Porém, olhar somente para os sintomas esconde o caráter estrutural que essa crise contém. De outro modo: para compreender a crise do amor como estrutural é necessário olhar também para os seus sintomas, mas em um constante movimento dialético entre a aparência e a essência do fenômeno.

Por isso o legado de bell hooks sobre novas perspectivas do amor é tão potente para se pensar novas formas de existência, como sujeitos e como coletivo. A forma que ela encontrou para melhor aderência de seus alunos e ouvintes no processo de aprendizado parece-nos exemplar nesse sentido: a contação de histórias. “Contar histórias é uma das maneiras que temos para começar o processo de construção de comunidade” (HOOKS, 2020, p. 89); em outras palavras, é uma forma de costurar o individual e o coletivo: a partir de histórias se desvelam mazelas e anseios socialmente partilhados.

3. A contação de histórias como possibilidade de fundação das sociedades do amanhã

A construção deste ensaio se ancorou e foi atravessada por histórias em todo seu processo. Começamos nossa reflexão com um caso de violência estatal contra a população para denunciar a falácia da democracia burguesa. Queremos também trazer, através da ficção, um caso de como essa violência ocorre na microesfera familiar. Essa escolha se justifica pelo fato já discutido de que a crise se alastra em todos os níveis da organização social: o feminismo busca dar conta dessa micropolítica, da porta de casa para dentro, uma vez que compreende a dimensão política do campo pessoal.



Não casualmente, escolhemos um dos contos que integram o livro *Insubmissas lágrimas de mulheres*, da escritora mineira Conceição Evaristo (2016). Sua produção artística e intelectual apresenta um traço distintivo que se coaduna com a defesa que aqui fazemos, em consonância com bell hooks (2020), da contação de histórias como um gesto criador fundamental para a construção de uma comunidade pautada em uma ética amorosa: o desenvolvimento teórico e prático daquilo que Evaristo denominou “escrevivência”.

Na introdução ao seu volume de contos, a escritora nos adverte: “[...] estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas” (EVARISTO, 2016, p. 7). Na própria composição textual dos contos, a voz da narradora se confunde com a das personagens: a autora prescinde de marcações gráficas (como aspas e travessões) para identificar o discurso das mulheres, que aparecem estilizadas em seus contos, assim fundindo-as ao seu próprio discurso.

Evaristo explica, em depoimento, em que consiste sua noção de escrevivência. Transcrevemo-la, aqui, para então tecer considerações a partir de alguns elementos:

Escrevivência, em sua concepção inicial, se realiza como um ato de escrita das mulheres negras, como uma ação que pretende borrar, desfazer uma imagem do passado, em que o corpo-voz de mulheres negras escravizadas tinha sua potência de emissão também sob o controle dos escravocratas, homens, mulheres e até crianças. E se ontem nem a voz pertencia às mulheres escravizadas, hoje a letra, a escrita, nos pertencem também. Pertencem, pois nos apropriamos desses signos gráficos, do valor da escrita, sem esquecer a pujança da oralidade de nossas e de nossos ancestrais. Potência de voz, de criação, de engenhosidade que a casa-grande soube escravizar para o deleite de seus filhos. E se a voz de nossas ancestrais tinha rumos e funções demarcadas pela casa-grande, a nossa escrita não. Por isso, afirmo: a nossa escrevivência não é para adormecer os da casa-grande, e sim acordá-los de seus sonos injustos. (EVARISTO, 2020, p. 30)

Interessa-nos aqui, sobretudo, a ideia de que sua escrevivência é uma forma de apropriação do valor da escrita como potência de criação que se insurge contra a escravização do corpo-voz das mulheres negras. De acordo com Evaristo, nesse mesmo depoimento, a figura geradora da escrevivência é a Mãe Preta que, revivida em sua descendência, anseia por despertar mentes e corações para as injustiças que ainda são perpetradas.

Uma das narrativas de Evaristo retrata com detalhamento a violência sofrida por uma criança dentro de seu núcleo familiar. Em “Shirley Paixão”, a personagem-narradora conta sobre sua união com um homem que havia tido três filhas em seu casamento anterior, ela

mesma contando com duas outras meninas de um outro relacionamento. Da união dos dois, cinco meninas ficaram sob a tutela do casal, até Shirley perceber que Seni, a filha mais velha do homem, sofria abusos sexuais por parte do pai desde que a mãe da menina morrera. Nas palavras da própria personagem-narradora, “Às vezes, penso que tudo estava desenhado para fazer parte de meu caminho. Foi preciso que o ordinário chegasse a minha casa, com as três filhas, para que elas fossem salvas da crueldade do pai” (EVARISTO, 2016, p. 31). Foi necessária a intervenção de uma adulta de fora daquele núcleo familiar para proteger a criança à mercê da violência patriarcal cometida pelo pai abusador.

A forma sob a qual o poder é distribuído no modelo nuclear burguês de família ainda vigora como hegemônico nas relações sociais, determinando papéis e hierarquias. Mesmo que grande parte das famílias não sejam compostas por esse modelo¹¹, as relações sociais entre os familiares continuam sendo hierarquizadas a partir dele, marcadas por microdespotismos (SAFFIOTI, 1989, p. 10), onde as crianças são os atores mais subalternos, sobretudo a menina.

Mediante isso, pensar sobre a violência sexual intrafamiliar implica pensar nas construções sociais do que é sexo nesse modelo vigente de família. O sexo se constitui como uma afirmação de poder masculino, operado a partir de uma lógica predatória e controladora. E a família nuclear burguesa, que tem na mulher e na criança (principalmente mulher) os atores mais subalternos, reproduz a dominação masculina através da sistemática vitimização sexual, como a vivida por Seni.

O discurso dominante trata a violência sexual como um fenômeno incomum e esporádico, realizado somente por pervertidos ou pessoas perigosas, “monstruosas”. Esse tratamento corrobora com a invisibilização e deslegitimação da pessoa violentada e impinge o escamoteamento do caráter estrutural da violência sexual. Há uma impunidade recorrente nos casos desse tipo de crime, que nos leva a perceber que há uma aceitação velada da prática do estupro, legitimada entre os próprios homens e mulheres, como também pelo próprio

¹¹ “Heterossexual, cisgênero e monogâmico, fundamentado na divisão sexual do trabalho, onde a mulher fica no lugar de cuidado da família e o homem no lugar de prover financeiramente a reprodução da família” (MORGADO, 2004).



Estado¹², que inclusive puniu Shirley Paixão por defender sua enteada de uma violência sistemática utilizando uma de suas tecnologias violentas: o encarceramento.

Mas se Evaristo traz à tona, em seu conto, a mazela social compreendida na violência de gênero, seu anseio por uma nova realidade e uma via de construção dela não deixam de ser representados. Nas palavras da personagem que dá nome ao conto:

As meninas, filhas dele, se tornaram tão minhas quanto as minhas. Mãe me tornei de todas. E assim seguia a vida cúmplice entre nós. Eu, feliz, assistindo às minhas cinco meninas crescendo. Uma confraria de mulheres. Às vezes, o homem da casa nos acusava, implicando com o nosso estar sempre junto. Nunca me importei com as investidas dele contra a feminina aliança que nos fortalecia. Não sei explicar, mas em alguns momentos, eu chegava a pensar que estávamos nos fortalecendo para um dia enfrentarmos uma luta. (EVARISTO, 2016, p. 28)

A ideia de uma “confraria de mulheres” que se fortalece para enfrentar lutas presentes e futuras é uma forma de imaginar possibilidades de resistência frente a um sistema misógino e opressor. Essa mesma confraria, idealizada através do texto literário, pode se desdobrar em novas formas de organização social que não respondem à lógica competitiva, individualizante, violenta e coercitiva do capitalismo como paradigma entranhado no senso comum.

Esse é apenas um exemplo de como a literatura enquanto prática de contação de histórias pode ser entendida como um ato de criação que integra os indivíduos e aponta para novas perspectivas sobre o poder – não mais como uma instância de coerção que estrutura a vida em sociedade, mas, tal como compreendido por hooks (1984), como uma força criativa e que afirma a vida (HOOKS, 1984, p. 84)¹³.

¹² Retomamos aqui o Estado como um comitê executivo da burguesia, que circunscreve seu caráter parcial em favorecimento do sujeito dominante (representado sobretudo pelo homem branco, mas com outros atravessamentos a depender da complexidade de cada situação).

¹³ “Women interested in reforms that would lead to social equality with men wanted to obtain greater power in the existing system. Women interested in revolutionary change were quick to label the exercise of power a negative trait, without distinguishing between power as domination and control over others and power that is creative and life-affirming” (HOOKS, 1984, p. 84).



Considerações finais

Este ensaio buscou delinear a estrutura da democracia burguesa e denunciar sua falência, desde a gênese, em responder a uma ética amorosa (HOOKS, 2021) que, acreditamos, deve pautar uma sociedade que se pretenda igualitária e preservadora da dignidade humana. Denunciamos em que consistiria aquilo que chamamos de “a crise do amor”, desvelando sua historicidade a fim de que, tendo mapeados seus meandros, possamos redirecionar nossos esforços para a criação de novas formas de amar que compreendam sua dimensão prática. Objetiva-se a mitigação do sofrimento causado por abusos e negligências, interrompendo os ciclos de violência coercitiva que brutalizam os sujeitos e os priva do amor em todas as instâncias sociais, do âmbito privado ao público. Para tanto, apontamos, dentre as várias valiosas contribuições de hooks para o estabelecimento de uma ética amorosa, a prática da contação de histórias como um ato de criação que pode fundar novas realidades. Nessa verve, trouxemos um caso exemplar de como isso pode se dar no âmbito da criação literária: a escrevivência de Conceição Evaristo e suas implicações coletivizantes, que visam a (re)construção de uma comunidade que já está, há muito, esfacelada pela opressão capitalista.



Referências

- COUTINHO, Carlos Nelson. **Marxismo e política**: a dualidade de poderes e outros ensaios. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura**: uma introdução. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016.
- EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância L.; NUNES, Isabella R. (orgs.). **Escrivivência**: a escrita de nós. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 27-46.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.
- HOOKS, bell. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.
- HOOKS, bell. **Feminist theory**: from margin to center. Boston: South End, 1984.
- HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. Tradução Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LENIN, Vladimir I. A Revolução proletária e o renegado Kautsky. *In*: KAUTSKY, K. e LENIN, V. I. **Kautsky**: a ditadura do proletariado; **Lenin**: a revolução proletária e o renegado Kautsky. São Paulo: Ciências Humanas, 1979. p. 11-16. Disponível em: <https://www.dorl.pcp.pt/images/classicos/t28t044.pdf>. Acesso em 20 maio 2022.
- LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da dependência**: problemas e categorias - uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LUKÁCS, György. **A responsabilidade social do filósofo e outros escritos políticos**. Tradução André Brandão e Bruno Daniel Capriles Bianchi. São Paulo: Lavrapalavra, 2021.
- MARX, Karl. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. *In*: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **O Manifesto Comunista 150 Anos Depois**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.
- MORGADO, Rosana. **Famílias**: permanências e mudanças. Os lugares sociais de mulheres e homens. A questão social no novo milênio. Rio de Janeiro, 2004.
- NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Revista Temporalis**, n. 3. Brasília: ABEPSS, 2001, p. 41-49.
- NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.



NÚÑEZ, Geni; OLIVEIRA, João M. de; LAGO, Mara C. de S. Monogamia e (anti)colonialidades: uma artesanía narrativa indígena. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 76-88, dez. 2021.

REVOLUSHOW: Curso Livre Marx & Engels 03 - A crítica do Estado e do direito. [Locução de]: Alysson Mascaro. Mediação de: Alessandra Devulsky. [S. l.]: Half Deaf, 3 fev. 2021. *Podcast*. Disponível em: https://open.spotify.com/episode/7vwnw4yKQALe2jip5RFXMw?si=ukkSPjJmQvGld6KSD8Z4Sg&utm_source=copy-link. Acesso em 23 maio 2022.

SAFFIOTI, Heleieth. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. de A. (Orgs.). **Crianças vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder**. São Paulo: Iglu, 1989. p. 13–21.

SILVA, Vinícius. **Fragments do porvir**. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2022. No prelo.

SILVA, Vinícius R. C.; NASCIMENTO, Wanderson F. Políticas do Amor e Sociedades do Amanhã. **Voluntas: Revista Internacional de Filosofia**. Santa Maria, v. 10, p. 168-182, set. 2019. DOI: 10.5902/2179378639954. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view/39954/21316>. Acesso em: 18 maio 2022.

Dossiê



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Artigo recebido para publicação em: 05 de junho de 2022.

Artigo aprovado para publicação em: 13 de junho de 2022.